

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 921.778 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ROBERTO BARROSO</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: RANIS FLÁVIO COSTA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTÔNIO CARLOS DE JESUS ASSIS</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS</b>

**DECISÃO:**

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que inadmitiu recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

O recurso extraordinário busca fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal. A parte recorrente alega violação ao art. 5º, LVI, da Constituição.

O recurso extraordinário é manifestamente inadmissível, por ser intempestivo. Com efeito, publicado em 25.3.2014 o acórdão em que o Tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa, a parte ora recorrente protocolou o recurso extraordinário somente em 21.5.2014, quando já transcorrido o prazo legal de 15 (quinze) dias.

A jurisprudência deste Tribunal é firme no sentido de que embargos de declaração opostos na origem, quando julgados manifestamente incabíveis, intempestivos ou inexistentes, não suspendem nem interrompem o prazo para a interposição do recurso extraordinário. Vejam-se, nessa linha, o RE 754.204, Rel. Min. Teori Zavascki, e o AI 799.543-AgR, julgado sob a relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski.

Diante do exposto, com base no art. 38 da Lei nº 8.038/1990 e no art.

**ARE 921778 / DF**

21, § 1º, do RI/STF, nego seguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 14 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator